



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de Julho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Mariana Paniz

Data: 24/07/2014

Assunto: Transporte

Página: 52

DIÁRIO CATARINENSE

Transporte escolar

Período de recesso escolar é hora de verificar como estão as vans e os micro-ônibus que transportam os estudantes. Em Itajaí, os motoristas têm até sexta-feira para ir até a Secretaria de Segurança para fazer a vistoria do veículo. A fiscalização deve ser realizada a cada semestre e somente as vans que possuem o selo de autorização podem realizar o transporte.

Novidade

Caso o veículo não realize a vistoria, pode ter a autorização suspensa ou até cassada. Além dos itens de segurança como cintos, sinalização de transporte escolar e extintor de incêndio, este ano o motorista deve estar preparado para duas novidades que são as câmeras de ré e, nos micro-ônibus, um equipamento que mostra a frente do veículo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/07/2014
Assunto: Educação Especial		Página: Online



SÓ 7% DOS PROFESSORES PASSAM EM CERTIFICAÇÃO DO MEC PARA O ENSINO DE SURDOS

Baixo número de aprovados no Prolibras impacta no déficit de profissionais com domínio no ensino da Libras; organização do exame assume que grau de dificuldade da prova deve ser revisto

Fonte: iG

Dos 2.427 candidatos que se submeteram à edição mais recente do Exame Nacional de Certificação em Libras, o Prolibras 2013, somente 164 (menos de 7%) foram aprovados na modalidade voltada a certificar professores ao ensino da Linguagem Brasileira de Sinais. É por meio dessa certificação oficial avalizada pelo Ministério da Educação (MEC) que muitas secretarias de educação e instituições de ensino superior selecionam professores para atuarem em turmas que contam com alunos surdos.

Além da certificação para o ensino da Libras, o Prolibras também oferece uma certificação em proficiência na tradução e interpretação da Libras. Nessa modalidade, o índice de aprovados também é pequeno. Em 2013, dos 2.627 que compareceram para realização das provas, apenas 242 (9%) foram aprovados no final do processo.

O baixo número de candidatos aprovados no exame impacta ainda mais no déficit de profissionais com habilidades comprovadas no ensino da Libras nas escolas brasileiras, especialmente as da rede pública. Hoje, nem todos os professores que dão aula para alunos surdos dominam as Libras. As escolas também sofrem com a falta de intérpretes em turmas onde há a presença de estudante com algum tipo de deficiência auditiva.

Domínio

É com o Prolibras que gestores públicos e instituições de ensino ficam cientes que o candidato, de fato, domina a Libras. Muitos concursos públicos voltados para a contratação de professor ou intérprete dispensam, inclusive, o teste prático que analisaria o domínio dessa linguagem daquele candidato que já possui o Prolibras. Outras seleções públicas exigem que o candidato, além de ter o curso de pedagogia ou licenciatura com foco em Libras, também apresente o Prolibras.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além da educação básica, concursos para preenchimento de vaga de professor de libras nas universidades e institutos federais também veem exigindo a apresentação do Prolibras. Mesmo para aqueles postulantes que tenham se formado, por exemplo, em cursos de licenciatura com componentes curriculares em Libras.

"Há universidades que criaram um curso específico em licenciatura em libras. Mas o fato de fazer a licenciatura em libras não significa que o estudante acabe o curso sabendo se comunicar em libras. É como ocorre hoje com os formados em licenciatura em inglês. Quem acaba essa graduação, nem sempre sai falando bem o inglês", afirma Maria Cristina Marquezine, professora da Universidade Estadual de Londrina, especialista em Educação Especial.

Dificuldades

Cientes da exigência do Prolibras nos concursos das universidades, muitos candidatos que já possuem diploma de nível superior se submetem ao exame. E mesmo se preparando com cursos de formação privados ou concedidos pelo poder público, eles esbarram na dificuldade do exame.

Nessa última edição, até mesmo a equipe técnica que coordenou o exame assume que a primeira etapa do Prolibras, que conta com uma prova objetiva, foi "bem mais seletiva que a primeira etapa dos exames anteriores", afirma relatório técnico do exame.

"Ainda que preliminarmente, esse fato nos permite inferir que o grau de dificuldade da primeira etapa necessita ser revisto para os próximos exames", cita o documento emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que organiza o exame, em parceria com Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A dificuldade do exame foi sentida na pele pelo professor mineiro Rosselini Diniz, de 26 anos. Desde 2009 ele vinha estudando para o exame. Só conseguiu passar na segunda tentativa. "Essa última achei bem difícil. Especialmente a primeira etapa. O tipo de pergunta exigia muito raciocínio", fala Diniz.

Segundo ele, no entanto, o nível de dificuldade ajuda a selecionar os bons profissionais. "Apesar de difícil, ela exige o que o profissional de Libras precisa ter. Atualmente, muitos profissionais não conseguem dar conta do trabalho, o que prejudica os alunos que precisam ter um professor que possa falar a língua deles", diz o professor mineiro.

A falta de domínio de Libras é uma situação presente até em escolas especializadas para o ensino de surdos. Recentemente, por exemplo, parte dos professores do INES entrou em greve. Um dos motivos alegados pelos docentes para a manifestação era a falta de domínio que eles tinham com as Libras.

Posicionamentos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Questionado sobre o nível de dificuldade do exame, o INES informa "que esse tipo de exame, como qualquer exame de proficiência com perspectiva qualitativa e não quantitativa, serve de balizador para os cursos de Libras que têm sido oferecidos em todo o País".

O instituto informa que a partir dessa última edição "houve uma reformulação das provas (objetiva e prática), no intuito de atualizar tanto as formulações das questões como de seus conteúdos para o exercício das respectivas profissões".

Também foram consultados pela reportagem o Ministério da Educação (MEC), responsável pelo plano anual de execução do exame, e o INEP, responsável pela metodologia de avaliação do Prolibras. O INEP diz que o País tem 2.083 professores que atuam no componente curricular libras nas escolas de educação básica. O Governo Federal não informou quantos professores o Brasil ainda precisaria ter para atender a oferta de alunos surdos nas escolas públicas.

No País, existem cerca de 800 mil pessoas com até 17 anos – em idade escolar – que são surdos ou possuem algum tipo de deficiência auditiva.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/07/2014
Assunto: Transporte		Página: Online



GOVERNO ESTUDA RENOVAÇÃO DE FROTA ESCOLAR URBANA

Versão urbana do programa Caminho da Escola prevê financiamento subsidiado para empresas ou transportadores individuais que prestam serviços para a rede pública e privada de todos os níveis de Ensino

Fonte: Valor Econômico (SP)

O governo federal prepara o lançamento de uma versão urbana do programa Caminho da Escola, hoje voltado à renovação e ampliação da frota de veículos para transporte de estudantes da Educação básica pública prioritariamente em zonas rurais.

O estudo prevê financiamento subsidiado para empresas ou transportadores individuais que prestam serviços para a rede pública e privada de todos os níveis de Ensino nas cidades de maior porte e significará um alívio para a indústria brasileira de ônibus diante da queda de produção registrada neste ano.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus (Fabus), José Antonio Fernandes Martins, que participa das negociações, o novo programa pode representar um acréscimo de pelo menos 20% a 25% na produção e no faturamento anual do setor a partir da renovação, ao longo de oito anos, de uma frota Escolar estimada em 100 mil micro-ônibus, vans e peruas no país. A ideia é implantar a nova modalidade em 2015.

O empresário calcula que a indústria fatura cerca de R\$ 10 bilhões por ano e, tomando como base os dados da Fabus e da Marcopolo, maior empresa do setor, ela produziu pouco mais de 38 mil unidades no país em 2013. Já a substituição da frota de transporte Escolar poderá significar a venda anual de aproximadamente 12 mil ônibus Escolares com 20 a 50 lugares por R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões.

Em 2014, com a desaceleração da economia, a produção apurada pela Fabus de janeiro até junho recuou 27,1% ante igual período de 2013, para 11,7 mil unidades. O número não inclui os modelos integrais (carroceria com chassis) "Volare" da Marcopolo. Já pelos dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), os licenciamentos de ônibus recuaram 13,7% na mesma base de comparação, para 13,4 mil veículos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O estudo está sendo tocado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que já opera o Caminho da Escola, com apoio do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Até o início de 2015 deve ser criada uma padronização para os ônibus Escolares urbanos, que serão financiados em até 100% pelo Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com dez anos de prazo e juros de 6% ao ano, afirma Martins.

O modelo é diferente do Caminho da Escola atual, que tem três formas de financiamento para prefeituras e Estados que adquirem os ônibus. Uma delas é mediante convênio com o FNDE, que banca os veículos, a segunda é com recursos próprios dos governos estaduais e municipais e a terceira é uma linha específica do BNDES, corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais spread de até 1% ao ano para o banco e também de até 1% para a instituição repassadora. O prazo de pagamento é de seis anos, incluindo seis meses de carência.

Lançado em 2007 e executado desde 2008, o Caminho da Escola já financiou 35,4 mil ônibus por R\$ 6,6 bilhões e até o fim de 2014 serão mais 3 mil veículos por R\$ 650 milhões, informou o FNDE por intermédio de sua assessoria de imprensa. Nenhum representante da instituição, porém, estava disponível para falar sobre a nova modalidade do programa.

De acordo com Martins, a Fabus também está negociando a inclusão dos ônibus com mais de 20 anos de uso no programa de reciclagem de caminhões a partir de 30 anos de rodagem que está sendo estudado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No caso dos ônibus, a estimativa é que 15% da frota de aproximadamente 800 mil veículos no país tenha mais de duas décadas, principalmente os modelos rodoviários, explica Martins. Ao mesmo tempo, pelo menos 10% dos 300 mil caminhões que circulam no Brasil teriam mais de 30 anos.

O programa de reciclagem, que vem sendo estudado há cerca de um ano, prevê a venda dos veículos mais velhos a um organismo a ser criado pelo governo federal, que será responsável pelo desmanche. Em troca, os proprietários receberão um pagamento que será usado como entrada na aquisição de um modelo mais novo, além de um financiamento adicional do BNDES, relata o presidente da Fabus.